

AGROECOLOGIA E ABASTECIMENTO POPULAR: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) NA BAHIA

Nathan Pereira Dourado ¹
Francielly da Fonseca Costa²
Guimar Inez Germani ³

RESUMO

O artigo analisa as experiências do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia, com foco na promoção da agroecologia e na consolidação de um sistema popular de abastecimento alimentar. Fundamentado em referenciais da pesquisa-ação participativa, da sistematização de experiências e do mapeamento participativo, o estudo resultou da parceria entre o MPA-BA e o Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA, tendo como principal momento de observação o I Seminário Estadual de Agroecologia e Abastecimento Popular (2024). Foram aplicados questionários e realizados levantamentos de experiências agroecológicas, identificando 55 iniciativas coletivas distribuídas em diferentes territórios e evidenciando a diversidade e a força organizativa do campesinato baiano. Os resultados apontam avanços na territorialização da agroecologia e desafios estruturais como acesso limitado à assistência técnica, crédito, água e políticas públicas adequadas. Conclui-se que a agroecologia, articulada à soberania alimentar e ao fortalecimento do poder popular, constitui um caminho estratégico para o desenvolvimento sustentável e a reprodução social camponesa.

Palavras-chave: Agroecologia, campesinato, soberania alimentar, abastecimento popular, Bahia.

RESUMEN

El artículo analiza las experiencias del Movimiento de los Pequeños Agricultores (MPA) en el estado de Bahía, centradas en la promoción de la agroecología y en la construcción de un sistema popular de abastecimiento alimentario. Basado en los enfoques de la investigación-acción participativa, la sistematización de experiencias y el mapeo participativo, el estudio fue desarrollado en colaboración entre el MPA-BA y el Grupo de Investigación GeografAR/UFBA, teniendo como principal referencia el I Seminario Estatal de Agroecología y Abastecimiento Popular (2024). A partir de la aplicación de cuestionarios y del levantamiento de experiencias agroecológicas, se identificaron 55 iniciativas colectivas distribuidas en diferentes territorios, que evidencian la diversidad y la capacidad organizativa del campesinado bahiano. Los resultados muestran avances en la territorialización de la agroecología, así como desafíos estructurales relacionados con el acceso a la asistencia técnica, al crédito, al agua y a políticas públicas adecuadas. Se concluye que la agroecología, articulada con la soberanía alimentaria y el fortalecimiento del poder popular, constituye una vía estratégica para el desarrollo sostenible y la reproducción social campesina.

Palabras clave: Agroecología, campesinado, soberanía alimentaria, abastecimiento popular, Bahía.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) npdourado@hotmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)



O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) desempenha um papel fundamental na organização e mobilização da classe camponesa no Brasil e, mais especificamente, na Bahia, mobilizando-os na luta pela Reforma Agrária, pela soberania alimentar e pela construção do poder popular. Além disso, atua na reivindicação de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa e na garantia de direitos. Com uma trajetória marcada por lutas e resistências, o MPA constrói um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo – em contraponto ao agronegócio⁴ –, fundamentado na agroecologia, na soberania alimentar e na valorização dos saberes tradicionais e da identidade camponesa (Gorgen, 2012; Silva et al., 2022; Silva, 2023).

O MPA considera que o campesinato tem três missões fundamentais: produzir alimentos saudáveis e diversificados para atender às necessidades de sua família e da comunidade; respeitar a natureza, preservando a biodiversidade e buscando o equilíbrio ambiental; e produzir alimentos para o povo trabalhador (Gorgen, 2012, p. 492).

Com 28 anos de existência, o MPA está presente em 17 estados brasileiros⁵. Na Bahia, sua atuação se organiza em 11 regionais, abrangendo 64 municípios e diversas comunidades camponesas, incluindo quilombolas, fundos e fechos de pasto, além de acampados e assentados da Reforma Agrária. Nesses territórios, o MPA incentiva a produção agroecológica de alimentos e fortalece a construção da soberania alimentar e do poder popular, sempre ecoando seu lema: “Quem somos? Camponeses! O que queremos? Terra, Trabalho e Justiça”.

Entre os dias 3 e 5 de setembro de 2024, na cidade de Salvador no estado da Bahia, o MPA, por meio do Coletivo Estadual de Soberania e Abastecimento Alimentar, realizou o I Seminário Estadual de Agroecologia e Abastecimento Popular. O encontro, reunindo lideranças do movimento, camponeses e camponesas, representantes do poder público, parceiros estratégicos e pesquisadores, teve como objetivo promover análise de conjuntura, organização política, planejamento estratégico, troca de experiências e construção de propostas.

O Seminário promoveu a articulação entre as lideranças das Unidades Coletivas de Produção, dirigentes, articuladores regionais e a equipe técnica da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa da Bahia (CPC-Bahia). Com a participação de cerca

⁴ Aqui compreende-se agronegócio a partir do debate apontado por Silva et al (2022, p.28) “O agronegócio se reestrutura como pacto de economia (riqueza) política (poder) com o objetivo de maximizar a extração de renda da terra e hegemonizar os sistemas de relações políticas e ideológicas na sociedade brasileira. O bloco hegemônico articula os latifundiários, a grande agroindústria transnacional, a grande mídia, o Estado e o capital financeiro como núcleo duro do pacto de poder”.

⁵ São eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.



de 40 representantes de oito regionais – Chapada Diamantina, Recôncavo, Mandacaru, Zumbi, Zé Novais, Lindaura Lacerda, Baixo Sul e Umbuzeiro –, o evento buscou promover uma análise das estruturas, capacidades e desafios de cada eixo organizativo, além de aprofundar o planejamento estratégico e monitoramento das ações em diálogo com o Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular e com o poder público.

Figura 1 - Cartaz do evento



Fonte: Arquivos MPA Bahia, 2024.

O Grupo de Pesquisa Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GeografAR), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por sua vez, teve como objetivo sistematizar e mapear as experiências de base agroecológica do MPA na Bahia, por meio da aplicação de formulários de levantamento de informações e da prática de mapeamento participativo. Além de registrar e sistematizar as discussões do Seminário e contribuir para a análise de conjuntura. Este artigo apresenta uma síntese dos principais pontos de pauta e das análises decorrentes das discussões realizadas durante o evento, além dos resultados do levantamento de saberes e práticas agroecológicas e do mapeamento das experiências coletivas do MPA na Bahia. Os resultados oferecem um panorama inicial da diversidade e das dinâmicas de territorialização da agroecologia, tanto no contexto específico do MPA quanto no campo baiano como um todo. Em uma etapa posterior, onde está prevista a aplicação ampliada do questionário junto à base do MPA, com o objetivo de abranger um universo mais amplo e aprofundar a compreensão sobre os avanços e desafios da territorialização da agroecologia.



METODOLOGIA

Como metodologia para construção deste trabalho, foi empregada a pesquisa bibliográfica e documental, assim como a pesquisa-ação participativa (Brandão, 1987; Peruzzo, 2017), a sistematização de experiências (Holliday, 2006; Chavez-Tafur, 2007) e o mapeamento participativo (Acselrad, 2012; Souto, 2021).

A concepção de pesquisa participante se baseia “na inserção e na interação do investigador na situação ou grupo investigado como forma de poder compreender e captar aspectos que outros métodos não conseguem dimensionar” (Peruzzo, 2017, p. 162). Segundo a autora, a pesquisa participante pode ser ainda categorizada como: observação participante; participação observante; e pesquisa-ação participativa. Esta última, se refere, para além da atuação do(a) investigador(a) enquanto participante, também à atuação do grupo investigado enquanto tomador de decisões nas diversas etapas da pesquisa. Nesse sentido, sobre a pesquisa-ação:

A ação a que se refere este tipo de pesquisa é aquela que reserva ao grupo investigado a participação ativa em todo o processo de investigação, do planejamento à execução e às interpretações dos achados, e decorre da intenção de realizar a pesquisa como estratégia para se equacionar problemas coletivos ou institucionais. Razão pela qual pode preceder a definição de políticas públicas e de estratégias de desenvolvimento institucional, comunitário ou local (Peruzzo, 2017, p. 174).

O presente trabalho se enquadra como pesquisa-ação, pois foi desenvolvido em parceria ativa entre o MPA-BA e os(as) pesquisadores(as) do Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA. Trata-se de uma colaboração de longa data, que, na ocasião do Seminário, se consolidou novamente com a presença dos(as) pesquisadores(as), atendendo à demanda do MPA-BA para a construção coletiva deste estudo. O processo de pesquisa e sistematização combinou a relatoria do Seminário com a elaboração e aplicação de um questionário sobre saberes, práticas e experiências agroecológicas, e o mapeamento das experiências agroecológicas previamente identificadas e complementadas durante o Seminário. Este artigo sistematiza as informações e experiências levantadas no Seminário e contribuiu, também, para a construção de uma metodologia que o GeografAR denomina de “Geografia Pés no chão”.

A sistematização de experiências é um método participativo, que possibilita a descrição, análise e a interpretação de experiências concretas praticadas por sujeitos coletivos, em diversas escalas, podendo gerar novos aprendizados e comunicar de forma acessível a diferentes públicos. Logo, sistematizar, é reviver experiências, adentrando em processos sociais complexos, alinhando teoria e práxis, em um processo minucioso, dialógico e participativo





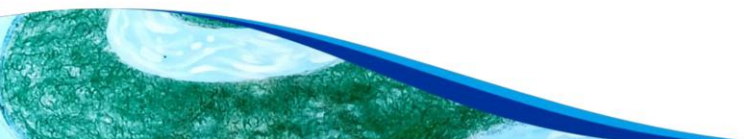
(Holliday, 2006; Chavez-Tafur, 2007). Holiday (2006) destaca a concepção metodológica dialética como fundamento da sistematização de experiências, que compreende a realidade como produto histórico, contraditória e como uma totalidade em constante transformação. A sistematização, nesse contexto, articula o presente com o futuro, com potencialidades e possibilidades, integrando a reflexão crítica e a disseminação das lições aprendidas.

Ao se debruçar sobre a realidade dos camponeses do MPA-BA, buscou-se compreender quais são seus saberes, suas práticas e experiências coletivas agroecológicas, e discutir as potencialidades e os desafios vivenciados. Para tanto, realizou-se junto à coordenação estadual do Movimento, a construção de instrumentos de pesquisa (formulários, materiais e roteiros de entrevistas) para o levantamento de informações das experiências coletivas agroecológicas presentes nos territórios de atuação do MPA. Com isso, foi possível realizar um mapeamento das experiências, como um importante instrumento de sistematização, representação e análise da realidade que possibilitou a espacialização desses “pontos luminosos de territórios de esperança” no mapa da Bahia (Germani, 2010).

Além disso, durante o Seminário, foi aplicado com uma parcela dos participantes o “Questionário de levantamento de saberes, práticas e experiências agroecológicas”, elaborado pelo Grupo GeografAR em conjunto com a coordenação do MPA-BA. Como referência para a elaboração do questionário, adotou-se o “método de Banes” (Sosa et al., 2012). A elaboração e aplicação do questionário serviu como um “módulo piloto” que permitirá ao MPA-BA aplicar, futuramente, o questionário de forma mais abrangente nas comunidades que fazem parte do Movimento nas diferentes regionais da Bahia. Na ocasião do Seminário, conseguiu-se alcançar 11 respondentes, um montante relevante para fazer uma análise amostral e testagem do questionário, para se obter um retorno sobre a clareza e pertinência das perguntas, bem como do tempo necessário para serem respondidas. Os resultados dessa primeira aplicação são apresentados neste artigo para corroborar com a análise dos pontos discutidos no Seminário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O I Seminário Estadual de Agroecologia e Abastecimento Popular, ocorrido nos dias 03, 04, 05 de setembro de 2024, contou com a participação de dirigentes de diferentes esferas do poder público e de instituições. A programação contou com duas mesas. Na primeira delas discutiu-se o quadro nacional e estadual de políticas públicas para a agricultura familiar camponesa, produção de alimentos, abastecimento popular e agroecologia. Na segunda foi



proposto um diálogo com representantes do governo estadual sobre políticas de produção, comercialização, assistência técnica e agroecologia.

A presença de representantes do poder público, estadual e federal, revela a posição ativa do MPA no debate das políticas públicas relevantes para a agricultura camponesa e a abertura dos representantes públicos para a prática dialógica (Quadro 1; Figuras 2 e 3).

Quadro 1 - Representantes do poder público que participaram do I Seminário Estadual de Agroecologia e Abastecimento Popular. Salvador, 2024.

Convidado(a)	Vínculo institucional
Osni Cardoso	Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR)
Vivian Libório	Diretora de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Patrícia Dias Tavares	Secretária-executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)
Marcelino Galo	Deputado Estadual da Bahia
Jeandro Ribeiro	Diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)
Tiago Pereira	Coordenador Geral do Bahia Sem Fome
Wilson Dias	Ex-Diretor da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e Assessor da Unicafe

Fonte: Os autores, 2024.

Além das mesas com representantes do Estado, as atividades nas duas tardes incluíram espaços dedicados à troca de experiências, sistematização e planejamento estratégico. Estas atividades foram organizadas em torno dos seguintes eixos organizativos: apicultura, ATER, mandiocultura, sementes crioulas, bioinsumos, certificação orgânica participativa, cafeicultura, reforma agrária e agroindústrias. Também constou da programação uma formação com Wilson Dias sobre planejamento estratégico e gestão de cooperativas, e uma palestra intitulada “O lugar da agricultura camponesa frente às mudanças climáticas”, ministrada por Gerson Borges, membro da direção nacional do MPA e da Via Campesina Brasil.

Figuras 2 e 3- Mesa 1: Quadro nacional e estadual das políticas para a produção de alimento, abastecimento e da agroecologia



Fonte: Os autores, 2024.

Pode-se afirmar que há um consenso sobre a importância de expandir o processo de transição agroecológica, consolidando uma nova base produtiva como alternativa à hegemonia do modelo de desenvolvimento dominante, representado pelo agronegócio. Os pontos de pauta dos espaços de diálogo cobraram o desenvolvimento eficaz de políticas públicas de apoio à agricultura camponesa e fomento para a produção agroecológica, exercendo assim uma estratégia fundamental do Plano Camponês, de pressionar o Estado para implementar políticas públicas adequadas à produção de alimentos saudáveis, com inclusão social e preservação da natureza e da saúde da população (Silva et al., 2022).

Para além dos aspectos da produção, o MPA avança na consolidação de estratégias alternativas de comercialização, de venda direta, por meio de feiras, cestas camponesas e mercado popular, na perspectiva de consolidação de um sistema popular de abastecimento. A questão não é negar o mercado, mas sim construir mercados justos e adequados à realidade camponesa (Silva et al., 2022; Silva, 2023).

O MPA aponta para os limites da perspectiva do capitalismo agrário e da política centrada na concepção de agricultura familiar (Abramovay, 2012), materializada pelo Pronaf, que entende que “não há questão agrária, e muito menos existe perspectiva fora do capitalismo” (Silva et al., 2022, p. 32). Essa perspectiva é predominante nas políticas de Estado, resultando na subordinação do camponês ao capital e na crença de integração ao mercado e domesticação ao capital como sua única saída. Em suma, a captura do PRONAF pelo sistema financeiro⁶, a

⁶ O Pronaf se tornou seletivo e não encontra respaldo nas condições históricas do campesinato. Atividades econômicas que fogem aos interesses do agronegócio não são financiáveis.

especialização produtiva e diminuição da produção de alimentos⁷, e a reprodução do modelo agroquímico⁸ são elementos do esgotamento dessa concepção política, que se articulam entre si em desfavor da agricultura camponesa e da soberania alimentar (Silva et al., 2022).

Em sua fala, o Secretário de Desenvolvimento Rural (SDR) da Bahia apresentou as políticas do governo estadual, ações e programas geridos pela SDR (Quadro 2) e os editais de apoio à agricultura familiar lançados pelo governo estadual nos últimos anos (Quadro 3), com destaque para os Programas: Pró-semiárido, Bahia que Produz e Alimenta (o novo Bahia Produtiva), Parceiros da Mata e Sertão Vivo. Boa parte desses projetos tem como beneficiários agricultores e comunidades que formam a base social do MPA. O Secretário da SDR reconheceu que um dos principais gargalos é o escoamento da produção, que em muitos casos “tem produção, mas não tem como vender e fechar o ciclo”.

Quadro 2 - Programas da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Bahia

Nome	Objetivo	Abrangência	Período	Valor total (R\$)	Financiamento
Pró-Semiárido	ATER contínua e especializada; Fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável; Agroindustrialização e comercialização; Acesso às políticas públicas do campo	70 mil famílias de AF de 32 municípios do sertão baiano	2014-2022	500.000.000,00	FIDA
Bahia Produtiva	Inclusão socioproductiva; Abastecimento de água e esgotamento sanitário	Os municípios dos 27 Territórios de Identidade	2015-2022	260.000.000,00	Banco Mundial
Bahia que produz e alimenta	Dinamização econômica, melhoria da produção, gestão e organização para mercados; Abastecimento de água para comunidades rurais	56 mil famílias de AF e 800 organizações produtivas da AF nos 27 territórios de identidade	2024 – 2030	300.000.000,00	Banco Mundial
Parceiros da Mata	Promoção de sistemas produtivos resilientes e iniciativas de proteção e recuperação ambiental; Segurança hídrica e saneamento rural; Fortalecimento institucional e gestão do conhecimento	Territórios de Identidade: Baixo Sul, Litoral Sul, Vale do Jiquiriçá e Médio Rio das Contas, inseridas no Bioma Mata Atlântica.	2024-2030	750.000.000,00	FIDA BID

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do portal da SDR, 2024.

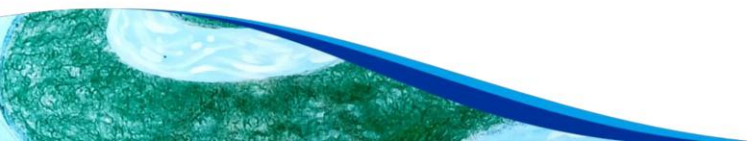
Quadro 3 - Editais lançados pelo governo do Estado, Bahia, em 2024

⁷ Para se ter uma ideia, dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, revelam que o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77,4%), entre 2003 e 2012, no caso do feijão, reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%), no mesmo período.

⁸ O Pronaf foi “sequestrado” pelos interesses agroindustriais, induzindo ao uso do pacote tecnológico baseado no monocultivo transgênico, adubação química, uso intensivo de agrotóxicos e aquisição de maquinários e implementos superdimensionados.



Nome do edital	Lançamento	Público beneficiário	Abrangência	Valor do edital (R\$)	Duração
Projeto Sementes	nov/2024	13.972 famílias de agricultores familiares, comunidades tradicionais e assentados de reforma agrária	213 municípios, distribuídos em 13 territórios de identidade	2.250.916,00 (por parceria) 5 lotes	18 meses
Candeeiros da Caatinga	nov/2024	2.000 famílias de agricultores familiares, comunidades tradicionais e assentados de reforma agrária	Todos os municípios da Bahia que fazem parte do Bioma Caatinga.	2.090.000,00 (por parceria)	12 meses
Vem pra Feira	nov/2024	10.800 agricultores familiares, suas organizações e demais segmentos; 390 empreendimentos da agricultura familiar e da agroecologia	27 territórios de identidade	18.000.000,00	24 meses
ATER Bahia Sem Fome	mar/2024	20.300 famílias de agricultores/as em condição de pobreza ou extrema pobreza, com rendimento per capita igual ou menor que US\$ 2,15 por dia	27 territórios de identidade	225.610.000,00	48 meses
Apoio a Gestão Qualificada de Agroindústrias Familiares	Jul/2024	Organizações produtivas (cooperativas) da agricultura familiar	27 territórios de identidade	63.853.920,00	36 meses
Mais Mel - Bahia sem fome	abr/2024	350 produtores de mel	Municípios do Território do Sisal, Sertão do São Francisco, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II e Bacia do Jacuípe	1.595.000,00 (por parceria)	24 meses
Viva horta	jan/2024	5.730 famílias, ou aproximadamente 28.650 pessoas - Agricultores Familiares, Quilombolas, Povos tradicionais e de Povos de Terreiro, Ciganos e Associações vinculadas aos projetos da Minha Casa Minha Vida	Territórios de Identidade Metropolitano de Salvador, Litoral Sul, Sudoeste Baiano, Litoral Norte Agreste de Baiano, Sisal e Portal do Sertão	4.200.000,00	24 meses
Comida no prato: apoio às cozinhas comunitárias e solidária	ago/2024	Famílias em situação de insegurança alimentar grave, prioritariamente pessoas em situação de rua, mães solo, povos e comunidades tradicionais, população LGBTQIAP+, mulheres, crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social	27 territórios de identidade, com prioridade para municípios com maior incidência de insegurança alimentar grave	36.300.000,00	24 meses





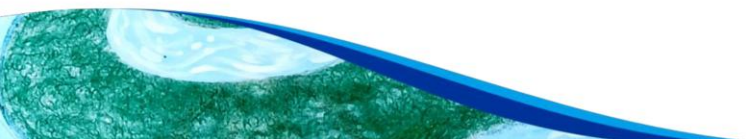
Água para produção de alimentos e dessedentação animal	mar/2024	Famílias rurais em situação de pobreza e atingidas pela seca ou falta regular de água para produção dos alimentos e dessedentação animal, com prioridade para povos e comunidades tradicionais	14 territórios de identidade, 45 municípios do Semiárido	50.076.147,00	48 meses
--	----------	--	--	---------------	----------

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações dos editais, 2024.

Dentre os obstáculos e limites dessas políticas, programas e projetos para o Movimento, destaca-se a dificuldade de os editais considerarem a necessidade real do campesinato e pensar além das cadeias produtivas e de integração ao modelo convencional via “agronegócio”. Constata-se que o Plano Camponês do MPA não é considerado pelos gestores públicos, e o Movimento precisa fazer manobras para se encaixar na política dos editais de apoio e fomento à produção agroecológica familiar.

Partindo para a esfera federal, a secretária-executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), um importante espaço de diálogo com a sociedade civil, afirmou que o governo federal enfrenta o desafio de reconstruir as políticas de promoção da agroecologia, do abastecimento popular e do fortalecimento da agricultura familiar camponesa, fragilizadas por sucessivos ataques durante os governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2023). Nesse contexto, destaca-se a recriação da CNAPO no início do governo Lula, em março de 2023, e o recente lançamento do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), para o período de 2024 a 2027, instituído pela Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 2 de outubro de 2024, “destinado à implementação de ações, programas e projetos indutores da transição agroecológica, da sociobiodiversidade e da produção orgânica e de base agroecológica”.

A Secretária executiva do CNAPO anunciou o lançamento de dois editais de grande relevância: i) o do Programa de Fortalecimento e Ampliação de Redes de Agroecologia e Produção Orgânica (ECOFORTE), que prevê o apoio a projetos territoriais apresentados por redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, com investimentos entre 1 e 3 milhões de reais por projeto e um montante de 100 milhões e ii) a Chamada Pública do CNPq e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), voltada para o fortalecimento e a implementação de novos Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) e Centros Vocacionais de Tecnologia Aplicada em Agroecologia e Produção Orgânica (CVTs) com um montante de 52 milhões. Ambos os editais representam instrumentos estratégicos para a execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica





(PNAPO). Foi destacada a construção do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (PLANAAB) que vigorará entre 2025 e 2028.

Na mesma linha, a Diretora de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), argumentou que o governo está empenhado na reconstrução das políticas de agroecologia, e do próprio MDA, que foi extinto em 2016 pelo governo Temer e recriado em 2023 pelo governo Lula. A Diretora destacou que, apesar das limitações orçamentárias, o Ministério tem avançado na elaboração de propostas e na implementação de ações, com ênfase em temas como a mecanização agrícola apropriada para o campesinato e a produção agroecológica, o fomento à produção de bioinsumos e o fortalecimento do Selo Biocombustível Social.

Na mesma mesa, o deputado estadual Marcelino Galo, autor do Projeto de Lei nº 21.916/2016 que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), destacou a importância da implementação da política estadual, aprovada e instituída pela Lei nº 14.564 de 16/05/2023, sete anos após a criação do projeto de lei. O deputado chamou atenção para a urgência de uma política de redução do uso indiscriminado de agrotóxicos, criação de zonas livres de agrotóxicos e proibição da pulverização aérea de agrotóxicos no estado da Bahia. Ademais, foi ressaltada a necessidade de regulamentação da profissão de agroecólogo. Por fim, o deputado afirmou que a ausência de Reforma Agrária e regularização fundiária é uma barreira estrutural para o avanço da territorialização da transição agroecológica, “o Estado precisa ter uma secretaria especial de assuntos fundiários”.

Fechando a mesa, o dirigente do MPA, Leomárcio Araújo, destacou a missão do MPA de produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro e o papel do campesinato no processo de transição agroecológica e como resposta às múltiplas crises (alimentar, ambiental, energética, social) geradas pelo agronegócio. Como obstáculos foram apontadas as escolhas políticas e as desigualdades na distribuição de recursos. O Dirigente propôs a busca de sinergia das políticas públicas com o Plano Camponês e a Missão Josué de Castro, assim como uma atenção especial para a questão das sementes crioulas, políticas de crédito, educação do campo, assistência técnica agroecológica, agroindustrialização, pesquisa e desenvolvimento de bioinsumos e maquinário adaptados à realidade camponesa. Por fim, alertou sobre os impactos territoriais de áreas com forte uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, que atingem os pequenos produtores agroecológicos, comprometendo a sua produção, renda e saúde.

No segundo dia, ocorreram duas mesas: “Planejamento do Governo da Bahia para a Agricultura Familiar e Camponesa”, onde se discutiu aspectos relacionados à produção, comercialização/distribuição, assistência técnica e transição agroecológica e o “Planejamento





estratégico: papel do planejamento para a organização, aspectos centrais para o MPA/CPC”, na qual apresentaram-se estratégias de gestão para os pequenos produtores e de organização em coletivos, como associações e cooperativas, pensando no atendimento ao mercado e logística. Além disso, os dirigentes do MPA-BA apresentaram o seu Plano Quinquenal e o Programa Camponês. Na noite deste dia houve a palestra “O lugar da agricultura camponesa frente às mudanças climáticas” apresentada por Gerson Borges do MPA-RS.

Em diálogo com o diretor da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Jeandro Ribeiro, os camponeses cobraram mais recursos públicos para atender aos anseios das comunidades rurais do MPA na Bahia. O Diretor anunciou os novos editais que estavam prestes a ser lançados e disse caber ao MPA concorrer e captar os recursos. Houve reclamações, no sentido de que “existe um descompasso entre a comunicação da CAR conosco”. Dentre os novos projetos da CAR, foi destacado o “Sertão Vivo”, em parceria com o BNDES, que atenderá 49 municípios do Semiárido baiano e irá beneficiar 70 mil famílias, com um financiamento robusto de 300 milhões de reais. O projeto “Parceiros da Mata” também foi destacado, com um investimento aproximado de 750 milhões de reais, fruto de um acordo de empréstimo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com quatro anos de duração, irá beneficiar centenas de comunidades de agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais do bioma Mata Atlântica. Por fim, o Diretor foi cobrado para a CAR “olhar para além das cadeias produtivas e compreender a produção camponesa em sua complexidade”.

Na fala de Tiago Pereira, atual coordenador geral do programa “Bahia Sem Fome”, vinculado a Casa Civil, foi exposta a missão do programa: “alimentar vidas assegurando direitos, fomentar e priorizar a implementação de políticas públicas que dialoguem com a produção de alimentos”. As metas são atingir 200 mil famílias, reduzir 50% do percentual de domicílios em insegurança alimentar grave e contribuir para a saída do Brasil do Mapa da Fome. As estratégias para tal são ampliar meios de produção e acesso a alimentos, fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e promover a agroecologia.

Nesse sentido, o coordenador do “Bahia Sem Fome” destacou a importância dos agricultores e agricultoras do MPA em estar ocupando os espaços dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)⁹ do SISAN, em garantirem a representação na Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO). Essa medida é importante, pois aproxima o MPA das ações e editais com vagas por segmentos que partirão da

⁹ Segundo o coordenador, somente 82 municípios da Bahia possuem COMSEA ativo.



Lei nº 14.564/2023 e do Decreto nº 23.015/2024, que regulamentam a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia. Também, possibilita aprofundar na comissão as questões relativas ao sistema de certificação orgânica e agroecológica no estado.

Destacam-se as ações do Programa Bahia Sem Fome estão sendo aplicadas por meio de editais: 1) Comida no prato e cozinhas comunitárias e solidárias e 2) ATER Bahia sem Fome - Rede de equipamentos (citados no Quadro 3) e, também, a iniciativa do “Selo Social Bahia Sem Fome”, que será concedido a agentes públicos e privados e organizações da sociedade civil que seguirem as normas e regulamentos estabelecidas pelo programa, com o objetivo de engajar a sociedade.

Durante as falas dos participantes, foram apontados alguns limites e fragilidades da política de Assistência Técnica e Extensão Rural promovidas pelo Estado da Bahia, principalmente a relacionada à quantidade de famílias por técnico, gerando uma diminuição na frequência e qualidade do acompanhamento prestado pelos técnicos, assim como a limitação orçamentária para ações de fomento e aquisição de equipamentos e insumos. Ademais, foi chamada a atenção para o fato de outras organizações, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (CONAFER), estarem oferecendo serviço de ATER gratuito nos territórios, mas com foco nas cadeias do agronegócio. Por fim, foi sugerido pensar novas práticas de ATER a partir da metodologia conhecida como Camponês a Camponês (Sosa et al., 2012) e do Biopoder Camponês (Pinheiro, 2018). Nesse sentido, destacam-se os cursos de Agroecologia e Biopoder Camponês, com o professor Sebastião Pinheiro, promovidos pelo MPA na Bahia, que já impactou mais de 1.000 famílias.

Por fim, houve a entrega pelo Governo Estadual, de um prêmio ao MPA pela iniciativa da Missão Josué de Castro, lançada em 11 de março de 2024. Tal iniciativa se deu em conjunto com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), com o objetivo de promover a transição de sistemas alimentares, uma alternativa ao modelo agroexportador de *commodities*.

Figura 4 - Momento do recebimento do prêmio de reconhecimento do Governo Estadual à Missão Josué de Castro



Fonte: Os autores, 2024.

Na Missão Josué de Castro, ressalta-se a relevância urgente de questões como a afirmação dos povos do campo, das águas e das florestas; buscar a unidade da luta por terra e território; encarar as mudanças climáticas como elemento transversal e impactante em todos os setores e promover a cooperação e formas associativas (Nunes, 2024).

Durante o período da tarde, foram apresentadas 22 experiências relacionadas aos nove eixos organizativos dos Sistemas Camponeses de Produção - SPC. Dentre elas, destacou-se a experiência do ATER Biomas desenvolvido pela CPC nos municípios de Barra do Choça, Encruzilhada, Belo Campo, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista, que atende aproximadamente 540 famílias com enfoque agroecológico, envolvendo diversas atividades como elaboração de CAFs, cursos, diagnósticos, visitas técnicas etc.

No eixo de sementes crioulas, foram compartilhadas experiências de guardiões(ãs) de sementes crioulas, além da apresentação dos principais resultados dos projetos de casas de sementes e das tecnologias sociais voltadas à reprodução de sementes, como os Sistemas Agrícolas Resilientes (SARs) e os Canteiros da Agrobiodiversidade.

Em relação à apicultura, foram discutidos práticas, desafios, avanços e resultados na produção e no beneficiamento do mel. Já no campo da agroindústria, foram apresentadas iniciativas de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, além de experiências de marcas coletivas e estratégias de comercialização. As casas de farinha também ganharam destaque, evidenciando seu papel no fortalecimento do trabalho coletivo, das mulheres, da juventude e na geração de renda nas comunidades.

Outro ponto relevante foi a experiência de comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destacada como uma ferramenta estratégica para a territorialização da

agroecologia na Chapada Diamantina. Houve ainda a apresentação da experiência Raízes do Brasil na Bahia, que busca estimular novas formas de produção e consumo, promovendo canais alternativos de comercialização de alimentos saudáveis provenientes da agricultura camponesa familiar, que abrange a produção de cestas camponesas de alimentos, um restaurante, o “Café com Prosa”, eventos culturais e formações políticas, além do relato de um grupo inserido no processo de certificação participativa e da cadeia produtiva do café agroecológico.

Dentre os diversos parceiros e instituições citadas durante as apresentações podemos citar as mais incidentes: Associações comunitárias, Projeto Pró-Semiárido, SASOP, SDR, CAR, EMBRAPA, Rede Povos da Mata, CONSEA, CESOL, FioCruz, UFRB, dentre outros.

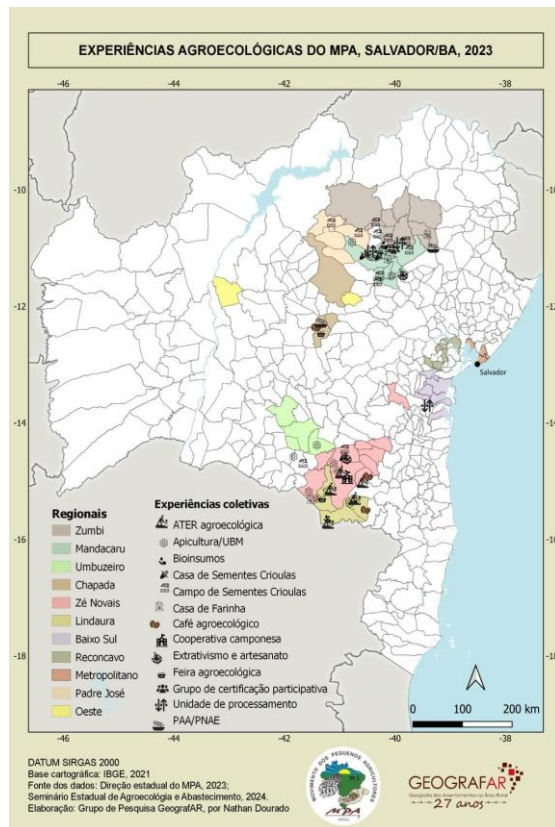
MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS COLETIVAS AGROECOLÓGICAS

O levantamento realizado entre os participantes, identificou um total de 55 experiências coletivas agroecológicas, divididas em 13 categorias, distribuídas em diferentes municípios, evidenciando a diversidade, a abrangência e a organização dos camponeses e camponesas do MPA na construção de sistemas produtivos de base agroecológica.

Destacam-se os Campos de Multiplicação de Sementes Crioulas (14 experiências) e as experiências em Apicultura e Unidades de Beneficiamento de Mel (10), que representam as iniciativas mais numerosas, seguidas pela ATER Agroecológica (5) e pelas Casas de Farinha (4). Outras experiências, como as Casas de Sementes (3), Unidades de Processamento/Agroindústrias (3), Unidade de Produção de Bioinsumos (3), Cafeicultura Agroecológica (3), Feiras Agroecológicas (3) e Comercialização por meio do PAA/PNAE (3), Grupo de Certificação Participativa (1) e a Cooperativa Camponesa (1) também demonstram a relevância do Movimento na promoção da agroecologia e soberania alimentar e no fortalecimento da economia local.

A distribuição territorial dessas experiências aponta para uma maior concentração nos municípios de Anagé, Caém, Ponto Novo, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista, que se destacam pelo número significativo de iniciativas mapeadas. Além disso, as regionais do MPA Zumbi, Mandacaru e Zé Novais apresentam uma concentração de experiências agroecológicas, refletindo os processos organizacionais. O esforço de espacialização das experiências demonstra a diversidade e a distribuição dessas experiências (Figura 5).

Figura 5 - Mapa das experiências agroecológicas do MPA, Salvador/BA, 2024



Fonte: Os autores, 2024

LEVANTAMENTO DE SABERES, PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DOS CAMPESES/AS DO MPA-BA

Lembra-se que 11 dos 40 participantes do seminário responderam ao questionário – a título de triagem para posterior aplicação em maior escala. Primeiramente, é preciso conhecer o perfil socioeconômico desses agricultores e agricultoras. Foram sete homens (63,64%) e quatro mulheres (36,36%) respondentes, sendo cinco (45,45%) pretos(as), três (27,27%) pardos(as), e três (27,27%) brancos(as). Seis pessoas (54,54%) entre 20 e 39 anos, quatro (36,36%) entre 40 e 59 anos e uma (9,09%) acima de 60 anos.

Duas pessoas (18,18%) não completaram o ensino médio, três (27,27%) têm o grau de escolaridade de ensino médio completo, enquanto duas (18,18%) têm ensino técnico em Agropecuária. Uma pessoa (9,09%) está cursando o ensino superior, duas pessoas (18,18%)



tem o ensino superior completo e outra pessoa (9,09%) tem a pós-graduação completa. A maioria (6; 54,54%) se identificou enquanto grupo social como “camponês(a)”. Duas pessoas (18,18%) se identificaram como agricultura familiar, as outras três pessoas se identificaram respectivamente como “quilombola” (1; 9,09%), “assentado(a)” (1; 9,09%) e “associado(a) da associação” (1; 9,09%).

Somando-se a área total das propriedades dos onze respondentes, obteve-se 145,5 hectares, dos quais 103,95 são de área agricultável. Três pessoas (27,27%) têm área menor do que 5 ha, três (27,27%) têm área menor do que 10 ha, três (27,27%) têm entre 10 e 25 ha, apenas uma pessoa (9,09%) tem 70 hectares, e uma pessoa (9,09%) não respondeu. A maior parte (7; 63,63%) têm o título de propriedade da sua área, os outros estão na situação de parceiro (1; 9,09%), comodatário (1, 9,09%), assentado (1, 9,09%) e de associado (1; 9,09%), onde a associação tem uma área coletiva para a produção. A renda anual das atividades agropecuárias revelou que 63,63% (7) dos respondentes ganham entre 5 e 15 mil reais; três deles (27,27%) entre 15 mil e 30 mil; 9,09% (1 pessoa) entre 30 e 45 mil reais. Oito pessoas (72,75%) consideram essa renda insuficiente, as outras 3 pessoas (27,27%) não responderam a esta questão.

Sobre a participação social e trabalho no coletivo, dez pessoas (90,9%) disseram participar de associações, apenas uma (9,09%) não participa. De cooperativas, cinco (45,45%) participam, cinco (45,45%) não participam e uma (9,09%) não respondeu. Vale destacar que as associações e cooperativas citadas foram bastante variadas, revelando a criação e atuação de tais coletivos de forma microrregional. Isso é relevante para se pensar a produção do campo e a sua distribuição, circuitos de comercialização que atendam às dificuldades e demandas do pequeno produtor, considerando que individualmente as áreas produtivas têm pequeno porte e a renda do campo ainda é insuficiente – fator principal para buscar a organização social coletiva nas comunidades rurais. Além disso, sete pessoas (63,64%) declararam participar de outros movimentos sociais além do MPA, no entanto, apenas quatro pessoas (36,36%) participam de sindicatos, demonstrando um enfraquecimento e/ou afastamento dos sindicatos rurais. Outro ponto observado nesse tema foi de que quatro pessoas (36,36%) responderam ter área de produção coletiva nas suas comunidades.

Seis pessoas (54,54%) responderam ter recebido serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, duas (18,18%) não responderam e três (27,27%) não receberam. A assistência técnica foi implementada via projetos como os do Pró-semiário, ATER Biomas, Bahia Sem Fome, SENAR e Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa da Bahia (CPC-BA). Esse ponto é importante, pois uma das demandas ouvidas durante o Seminário foi





justamente a necessidade de receber ATER de base agroecológica nas diversas áreas dos pequenos produtores. Isso é especialmente relevante para produtores com áreas pequenas, que buscam desenvolver práticas agroecológicas adaptadas ao contexto local, e em se falando do estado da Bahia, com climas e biomas diversos, muitas vezes negligencia-se as especificidades locais favorecendo o padrão de racionalidade do agronegócio em expansão.

Um outro agravante na produção observado foi a questão da água. As fontes de água utilizadas na produção citadas foram chuva (sequeiro) em seis propriedades (31,58% entre as entre todas as fontes citadas, 54,54% em número de propriedades que abrange); cisternas em três (15,79%; 27,27%); rede pública de abastecimento em três (15,79%; 27,27%); poço em duas (10,53%; 18,18%); açude em duas (10,53%, 18,18%); nascente em uma (5,26%, 9,09%); riacho em uma (5,26%; 9,09%) e caminhão pipa em uma (5,26%; 9,09%). Quando perguntado se o montante de água para a produção era suficiente, uma pessoa (9,09%) não respondeu, das outras dez, metade (45,45%) respondeu sim e metade (45,45%) não. Somado a isso, 82% (9) dos respondentes relataram ter sofrido com a seca nos últimos 3 anos.

Sobre a questão da agroecologia, todos se consideraram produtores agroecológicos, a maioria há mais de dez anos (8; 72,72%), alguns aprenderam práticas agroecológicas com seus ancestrais (quatro pessoas citaram a família; 36,36%), mesmo que não chamassem por essa denominação à época. A maioria citou o MPA como responsável pela introdução da agroecologia nas suas vidas (6 pessoas; 54,54%), mas outros projetos governamentais foram citados: Pró-semiárido; EFAs; ATER; além do contato com o Professor Sebastião Pinheiro. Tal proximidade da agroecologia permitiu que os respondentes apontassem as dificuldades enfrentadas na massificação da agroecologia, que em muito vão voltar na necessidade de ATER, mas também na necessidade de recursos e mudanças estruturais no modo de produção e nas políticas públicas.

As dificuldades citadas foram: o acesso a “bioinsumos e biofertilizantes”, “falta do coletivo”, “mão-de-obra”, “falta ATER”, “adaptação”, “complexidade”, “falta terra”, “pragas”, “crédito”, “água”, “demora do processo de transição”, “falta de reconhecimento”. As soluções propostas para a massificação e territorialização da agroecologia foram: “atentar para a qualidade de vida”, “aumentar a visibilidade”, “políticas públicas específicas”, “mostrar o retorno financeiro”, “incentivos, fomentos”, “organização”, “teia de produção”, “formação, educação agroecológica”, “assistência técnica”, “acesso à informação”, investimentos em espaços”, “movimentos sociais do campo” e “trabalho de base”.

Apesar das dificuldades encontradas, esses agricultores e agricultoras têm conseguido produzir uma diversidade de cultivos e criações. Os cultivos mais citados foram milho (8;

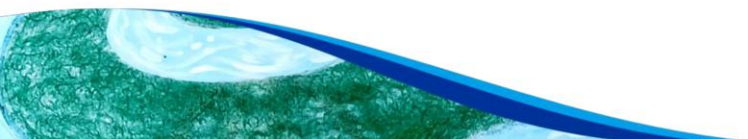




11,27% entre os cultivos citados; 72,72% em abrangência de propriedades), feijão (8; 11,27%; 72,72%), aipim (6; 8,45%; 54,54%), mandioca (5; 7,04%; 45,45%), café (5; 7,04%; 45,45%), hortaliças (4; 5,63%; 36,36%), banana (4; 5,63%; 36,36%), laranja (4; 5,63%; 36,36%), cacau (4; 5,63%; 36,36%). As criações citadas foram galináceas (10; 34,48% entre as criações citadas; 90,9% em abrangência de propriedades), suínos (4; 13,79%; 36,36%), bovinos (3; 10,34%; 27,2%), abelhas (3; 10,34%; 27,2%), ovinos (2; 6,9%; 18,18%) caprinos (2; 6,9%; 18,18%), peixes (2; 6,9%; 18,18%), porquinhos da índia (1; 3,45%; 9,09%) e coelhos ornamentais (1; 3,45%; 9,09%). As galinhas foram citadas por dez dos onze respondentes demonstrando que é a criação mais acessível tanto pelo manejo, quanto pelo espaço, sendo que muitas são criadas nos quintais produtivos, ao redor da casa, soltas e se alimentando de insetos no terreiro, de restos de alimentos que sobram da alimentação da família e de alimentos cultivados para este fim, representando uma reciprocidade ecológica comum aos pequenos produtores agroecológicos.

Destaca-se o fato de que boa parte da produção é destinada ao consumo familiar. Seis pessoas (54,54%) responderam consumir mais de 40% da sua produção rural total. A média geral do autoconsumo ficou em 51,11% da produção. Não são todos os alimentos produzidos que são vendidos. Se destacaram como principais fontes de renda rural o café (3, 27,27%), a mandioca (3; 27,27%) e seus beneficiamentos e o mel (3; 27,27%). Tais alimentos são principalmente comercializados em feiras livres (8, 25% das formas de comercialização citadas; 72,72% de abrangência nas propriedades), e na vizinhança (6, 18,75%; 54,54%), no entanto, são importantes também as vendas para atravessadores (4; 12,5%; 36,36%), cooperativa (3; 9,38%; 27,27%), PAA (3; 9,38%; 27,27%), Redes sociais (3; 9,38%; 27,27%) PNAE (2; 6,25%; 18,18%).

Os atravessadores foram citados, também, como um entrave à comercialização por duas pessoas (18,18% dos respondentes), demonstrando que tal relação de intermediação pode ser prejudicial ao rendimento do produtor, sendo mais lucrativa a venda direta quando possível, claro, se pensando no caso do produtor individual. Mas, no caso de cooperados e associados, esse tema deve ser sempre revisitado, pois parte da melhoria de renda do coletivo pode ser gerada pela melhor organização da produção e de sua distribuição/comercialização. Essa recomendação estratégica já tem sido exercida por alguns dos respondentes. Nas respostas específicas sobre os coletivos, identificou-se que quatro pessoas (36,36%) vendem por meio de cooperativas e seis vendem (54,54%) por meio de associações, além disso, cinco pessoas (45,45%) vendem sua produção em conjunto com produtores de outras comunidades.





Outra questão para se olhar é o fato de que apenas quatro respondentes (36,36%) têm alguma certificação participativa. A certificação participativa foi justamente desenvolvida para aumentar o montante de certificadoras de orgânicos, facilitando o acesso aos agricultores(as), ao proporcionar meios legais de se criar “redes formadas por agricultores e colaboradores que desenvolvem de forma participativa atividades de interesse da produção e certificação orgânica” (FASE, 2022, p. 6). Tais redes funcionam dentro do Sistema Participativo de Garantia, pioneiro no Brasil, o qual conta com as organizações sociais chamadas de “Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)”.

Partindo do fato de que alguns agricultores declararam não comercializar ou comercializar muito pouco da sua produção, é compreensível a falta de certificação. Porém, conforme as necessidades de ATER sejam atendidas, as vendas devem aumentar e a certificação participativa será desejável para acessar mercados e melhorar o rendimento. Além disso, essa certificação será uma estratégia importante no caso de solicitar a demarcação territorial de área livre de agrotóxicos, que é uma das grandes demandas levantadas no Seminário.

Nas últimas etapas do questionário foram coletadas perguntas de sim ou não sobre a utilização de uma gama de técnicas, práticas, entre outros manejos e benfeitorias que configuram o fazer agroecológico. Para melhor analisar essas respostas, as questões foram distribuídas em cinco temas, conforme a Tabela 1, o que possibilitou sugerir taxas de aplicabilidade, a geral, e as por temáticas e por práticas.

Tabela 1 – Aplicação da Agroecologia por Temas e Práticas/técnicas/benfeitorias

Temas e Práticas/técnicas/benfeitorias	Taxa de aplicabilidade
Tema 1 - Técnicas de Manejo e Saúde do Solo	64%
Cobertura do Solo	100%
Pousio	91%
Adubação com Esterco Animal	91%
Compostagem	82%
Rotação de Cultivo/Pastagem	73%
Adubação Verde	73%
Revolvimento Mínimo do Solo	55%
Uso de Biofertilizantes	55%
Recuperação de Nascentes	45%
Recuperação de Erosão	36%
Curva de Nível	9%
Tema 2 - Técnicas de Biodiversidade	64%
Cultivo de Sementes Crioulas	100%
Consociação de Culturas	91%
Cultivo das Próprias Mudanças	82%
Sistema Agroflorestal (SAF)	55%





Cultivo de Forragem	55%
Banco de Sementes	55%
Criação de Abelhas	45%
Integração Animal-Lavoura	27%
Tema 3 - Técnicas de Cultivo	55%
Defensivos Naturais	100%
Observar as Fases da Lua	64%
Plantas Repelentes	55%
Armadilhas de Insetos	36%
Irrigação por Gotejamento	36%
Cultivo de Quebra-ventos	36%
Tema 4 - Acesso a Benfeitorias, Políticas e Crédito	45%
Cisterna para Consumo	73%
Crédito do PRONAF	55%
Fossa Séptica	27%
Cisterna para Produção	27%
Tema 5 - Trabalho coletivo	88%
Compartilhar Conhecimentos	100%
Participar de Trabalho em Grupo	100%
Experimentar Novas Práticas	91%
Trocas com Agricultores	82%
Fazer Beneficiamentos	82%
Participar de Feiras Agroecológicas	73%
Total Geral	64%

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2024.

Como se observa na Tabela 1, a maior dificuldade de aplicação foi no tema de Acesso a Benfeitorias, Políticas e Crédito. Tendo uma baixa taxa de aplicabilidade da cisterna para produção e da fossa séptica. Um dos maiores problemas apontados pelos próprios respondentes é a questão da falta de água para produção, ou seja, há que se pensar com as lideranças do Movimento a acessibilidade de tais benfeitorias por meio de coletivos e cadastramento em políticas públicas no caso das cisternas.

Por outro lado, no tema de Técnicas de Vendas e Trocas, se manifestou com intensidade as práticas especialmente relacionadas ao compartilhamento e trocas, ao trabalho em grupo e experimentos práticos que são uma parte importante da agroecologia que é a reciprocidade social nas comunidades rurais, práticas que se perdem muitas vezes quando se pratica a agricultura industrial (agronegócio), onde a individualidade se expande, assim como a dependência de pacotes tecnológicos de multinacionais.

As práticas contidas nos temas de Técnicas de Manejo e Saúde do Solo, Técnicas de Biodiversidade e Técnicas de Cultivo, são essencialmente técnicas comprovadas de manejo agroecológico do agroecossistema, de modo que são muito importantes para o planejamento da produção, do cuidado na lida diária no campo. Essas revelaram-se ser usualmente praticadas

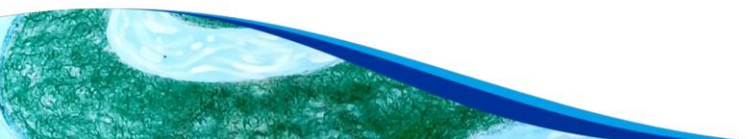


por pelo menos metade dos agricultores e agricultores respondentes. Ainda há que se colocar em prática, seja por meio de ATER ou de trocas de experiências entre estes agricultores do MPA, algumas técnicas importantes, como, por exemplo, a Recuperação de Nascentes (45%), a Recuperação de Erosão (36%), a Curva de Nível (9%), a Criação de Abelhas (45%), a Integração Animal-Lavoura (27%), as Armadilhas de Insetos (36%), a Irrigação por Gotejamento (36%) e o Cultivo de Quebra-ventos (36) que tiveram taxas de aplicação menores que 50%.

Além das práticas individuais (listadas na Tabela 1), perguntou-se sobre as experiências coletivas no território de cada respondente, ressaltando que 9 respondentes são de comunidades rurais diferentes, enquanto dois são da mesma comunidade. Foram respostas de sim ou não, também determinando taxas de existência local para cada experiência coletiva e uma no geral como se segue: Cisterna para Consumo (82%), Cisterna para Produção (55%), Produção agroecológica integrada e sustentável – PAIS (46%), Quintais Agroecológicos (73%), Beneficiamento de Frutas (46%), Secador Solar de Frutas etc. (18%), Banco Comunitário de Sementes Crioulas (36%), Campo de Produção de Sementes Crioulas (46%), Canteiros da Agrobiodiversidade (46%), Sistema Agroecológico Resiliente (SAR) para Sementes Crioulas (27%), Produção de Café Agroecológico (27%), Viveiro de Mudas (55%), Apicultura/Unidade de Beneficiamento de Mel (64%), Produção de Plantas Medicinais (36%), Casa de Farinha (46%), Produção de Bioinsumos (36%), Grupo de Certificação Participativa (27%), Feiras Agroecológicas ou Camponesas (55%), Cooperativa Camponesa (27%), Cozinha Comunitária (18%), Horta Comunitária Urbana (0%), Bioconstrução (27%), PRONERA (9%), Escola Família Agrícola (9%), Extrativismo (36%), Artesanato (55%), Projeto ou Atividades não-agrícolas (27%). No geral, a taxa de existência local de experiências agroecológicas foi de 38%.

Esses dados primários, que demonstram taxas relativamente baixas de existência local de experiências agroecológicas, deixam claro que ainda há muitas experiências a serem implementadas nos territórios dessas comunidades que podem impulsionar a massificação e territorialização da agroecologia no Estado da Bahia. A aplicação dessas práticas agroecológicas pode também fortalecer a luta estadual e nacional por esse modelo alternativo de produção de alimentos que visa a valorização do pequeno agricultor, a preservação da natureza e dos seus ecossistemas, a saúde do consumidor, e a soberania alimentar

CONSIDERAÇÕES FINAIS





As experiências dos movimentos sociais são intrinsecamente coletivas, históricas e políticas, sendo forjadas na interação entre indivíduos que compartilham vivências, objetivos e lutas comuns. As experiências analisadas neste artigo estão enraizadas em contextos sociais e temporais específicos, carregando as marcas do passado e as aspirações para o futuro. Ademais, essas experiências se desenrolam em um campo de disputas de poder e território, na busca por reconhecimento, garantia de direitos e transformações sociais.

O I Seminário Estadual de Agroecologia e Abastecimento Popular, se consolidou como um espaço fundamental para a troca de saberes, a reflexão sobre as experiências agroecológicas em curso, permitindo uma visão abrangente do trabalho realizado pelo MPA na Bahia e o planejamento de ações estratégicas. Durante o evento, foi possível reafirmar a força organizativa do MPA na Bahia, reconhecer os desafios estruturais enfrentados pelos camponeses e delinear caminhos para a consolidação da agroecologia e da soberania alimentar. Como destacou uma militante, “foi uma oportunidade de visualizar um “raio-x” das iniciativas, reafirmando que, assim como as abelhas e formigas, seguimos no caminho certo. Além disso, a realização do evento no dia do aniversário de Josué de Castro reforça a importância simbólica da luta pela soberania alimentar”. Outro militante ressaltou o crescimento da organização e os desafios de conciliar o trabalho técnico com a produção e enfatizou a importância desse reencontro para compreender as ações em andamento. O evento, portanto, não somente fortaleceu laços e aprendizagens, mas reafirmou o compromisso coletivo com a agroecologia e a organização popular.

O levantamento realizado evidenciou a diversidade das experiências agroecológicas existentes e os desafios ainda a serem superados, como a necessidade de maior acesso a políticas públicas, financiamento, assistência técnica especializada e estruturação de canais de comercialização. As propostas emergentes do Seminário indicam a urgência de fortalecer o trabalho coletivo, ampliar a incidência política do Movimento e aprofundar a articulação com atores institucionais. Dessa forma, reafirma-se a agroecologia como um caminho viável e necessário para a construção de um modelo agrícola sustentável e socialmente justo, alicerçado no protagonismo dos camponeses e camponesas na definição de suas próprias estratégias de produção e reprodução social.

Os dados primários, aqui levantados, permitiram ver a diversidade da produção camponesa, o que permite até mesmo ao camponês viver do que produz, uma relativa independência do mercado convencional no contexto do seu consumo familiar. Isso traz uma revelação inegável de que a agricultura camponesa, juntamente com a reforma agrária são as esperanças para o combate à fome e a soberania alimentar.



A transição agroecológica massiva no campo, impacta também na forma como se utiliza e se preserva a natureza, como é possível observar no vasto repertório de práticas de manejo agroecológico. Por isso, defende-se que essas pautas estejam no centro da agenda política, nacional e estadual, para o combate à fome e enfrentamento às mudanças climáticas.

Comentado [CdM1]: Aonde isto aparece nos dados primários.?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão** - 3ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2º Ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012. p. 9-45.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 2 de outubro de 2024.

CARVALHO, H.M. **O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2007.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**, Feira de Santana, UEFS Editora, p. 269-304, 2010.

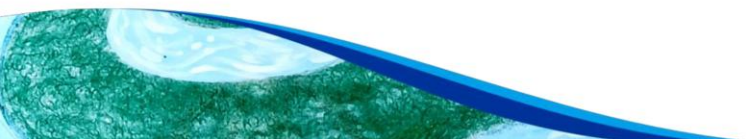
GORGEN, F.S.A. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

NUNES, K. Conheça a Missão Josué de Castro, lançada nesta segunda no Senado Federal. MPA Movimento dos Pequenos Agricultores, 11 mar. 2024. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/noticias/conheca-a-missao-josue-de-castro-lancada-nesta-segunda-no-senado-federal/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, Universidad de Colima, México, 2017.

PINHEIRO, Sebastião. **Agroecologia 7.0**. Porto Alegre: Juquira Candiru Satyagraha, 2018.





ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia



SOSA, M. B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUTO, R. D. Mapeamento e participação. In: SOUTO, R. D; MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. (Orgs.). **Mapeamento participativo e cartografia social: aspectos conceituais e trajetória de pesquisa.** Rio de Janeiro, 2021

SILVA, L.S. **QUEM ALIMENTA O BRASIL, EXIGE RESPEITO!** - Resistências a partir do campesinato e da produção de alimentos frente ao controle e movimentações do capital no campo na Região Nordeste. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SILVA, M.L.T. et al. (Org.). **Plano Camponês Popular por Soberania Alimentar e Poder Popular.** São Paulo: Lavrapalavra, 2022.

